



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10640.000097/00-61
Recurso nº : 125.183
Acórdão nº : 203-11.057

MINISTÉRIO DA FAZENDA
2º Conselho de Contribuintes
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, 29/07/06
[Assinatura]
VISTO

2º CC-MF
Fl.

Recorrente : SCRITA MÓVEIS DE ESCRITÓRIO LTDA.
Recorrida : DRJ em Juiz de Fora - MG



NORMAS PROCESSUAIS. CONCOMITÂNCIA ENTRE A INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA E A JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE.

A opção pela via judicial afasta a competência dos Conselhos de Contribuintes para apreciar a matéria posta na instância administrativa.

Precedentes.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:
SCRITA MÓVEIS DE ESCRITÓRIO LTDA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 28 de junho de 2006.

[Assinatura]
Antonio Bezerra Neto
Presidente

[Assinatura]
Eric Moraes de Castro e Silva
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Emanuel Carlos Dantas de Assis, Cesar Piantavigna, Sílvia de Brito Oliveira, Valdemar Ludvig, Odassi Guerzoni Filho e Dalton Cesar Cordeiro de Miranda.

Eaal/mdc



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10640.000097/00-61
Recurso nº : 125.183
Acórdão nº : 203-11.057

MINISTÉRIO DA FAZENDA
2º Conselho de Contribuintes
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, 22109106
(AP)
VISTO

2º CC-MF
Fl.

Recorrente : SCRITA MÓVEIS DE ESCRITÓRIO LTDA.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário contra o Acórdão nº 4.923 de 15/10/2003, que negou o pedido de compensação apresentado pelo Recorrente pelo fato de a mesma pretensão ter sido concomitantemente formulado perante o Poder Judiciário.

Inconformado vem o Recorrente alegar ser “totalmente insubstancial a alegação de que há identidade de objeto entre o pedido de compensação na esfera administrativa e o mandado de segurança preventivo” (fl. 211) por ela manejado na esfera judicial, daí requerendo o direito à compensação dos créditos pleiteados, com a sua consequente liquidez e certeza.

É o relatório.



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10640.000097/00-61
Recurso nº : 125.183
Acórdão nº : 203-11.057

MINISTÉRIO DA FAZENDA
2º Conselho de Contribuintes
CONFIRME COM O ORIGINAL
Brasília, 22/09/06
(AS)
VISTO

2º CC-MF
Fl.

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR
ERIC MORAES DE CASTRO E SILVA

O Recurso é tempestivo e atende aos demais requisitos de admissibilidade do Processo Administrativo Fiscal, pelo que dele conheço.

Para dirimir a questão ora posta, qual seja, se há identidade entre os pleitos administrativo e judicial, peço vênia pra transcrever as respectivas pretensões.

A pretensão administrativa, formulada à fl. 14, foi assim vazada:

Por todo o exposto, restando indiscutível o direito da Requerente a valer-se dos créditos a que tem e que faz juz, é o presente requerimento administrativo para pedir:

1 - O reconhecimento do direito à compensação dos créditos, nos moldes do art. 66 da lei 8.383/91.

2. O reconhecimento da liquidez dos créditos anunciados.

3 – A autorização administrativa para que se processe a compensação requerida.

Já o pleito judicial, esposado no Mandado de Segurança nº 2000.38.01.000173-9 foi formulado nos seguintes termos (fl. 188):

4º - que V.Exa. declare, quando do julgamento de mérito e de forma incidente, após atendidas todas as formalidades legais, o direito da Impetrante ao crédito relativo aos valores indevidamente cobrados a título de PIS e, via de consequência, o direito da mesma em compensar os relativos valores, nos termos do art. 66 da lei n. 8383/91, na forma do Decreto 2.138/97, com quaisquer tributos sob a administração da Impetrada, inclusive o próprio PIS sem qualquer limitação do valor a ser compensado, em cada competência até o montante de seus créditos, devidamente atualizados desde o seu recolhimento, com o se pode comprovar pelas guias de recolhimento anexadas à inicial.

Da confrontação acima, conclui-se sem delongas que as pretensões são as mesmas, razão pela qual incabível a apreciação formulada na esfera administrativa, nos termos da jurisprudência desta Câmara, *verbis*:

NORMAS PROCESSUAIS. OPÇÃO PELA VIA JUDICIAL. A opção pela via judicial impede o conhecimento da matéria pelas instâncias de julgamento administrativo

(Câmara: TERCEIRA CÂMARA. Número do Processo: 16327.002213/2001-12. Tipo do Recurso: VOLUNTÁRIO Matéria: PIS. Recorrente: MATRIX INVESTIMENTO S/A (SUCESSORA DO BANCO MATRIX S/A. Recorrida/Interessado: DRJ-SÃO PAULO/SP. Data da Sessão: 06/07/2005



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10640.000097/00-61
Recurso nº : 125.183
Acórdão nº : 203-11.057

MINISTÉRIO DA FAZENDA
2º Conselho de Contribuintes
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, <u>22/09/06</u>
<i>(Assinatura)</i>
VISTO

2º CC-MF
Fl.

10:00:00. Relator: Valdemar Ludvig. Decisão: ACÓRDÃO 203-10253. Resultado: NPU - NEGADO PROVIMENTO POR UNANIMIDADE

Pelo exposto, voto no sentido de conhecer e negar provimento ao presente Recurso Voluntário, mantendo o acórdão recorrido pelos seus exatos termos.

É como voto.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 2006.

ERIC MORAES DE CASTRO E SILVA